

O SILÊNCIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA¹.

¹ O que está escrito aqui é baseado em informação pública, pois, como assessora da Comissão de Investigação sobre Abusos Sexuais contra Menores em Organizações do Congresso da República, não me é possível revelar nenhum aspecto do relatório final

Carmen Wurst de
Landázuri²

² Psicóloga – Psicoterapeuta –
Carmen.wurst@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sexualidade e pandemia é o nome deste simpósio, e embora a proposta desta tarde está focalizada no âmbito do consultório, o objetivo deste trabalho é tornar visível como um contexto de crise sanitária mundial, vai reproduzir no espaço social a violência que é reeditada, deixando em silêncio crimes graves de violência física e sexual contra menores. Como psicoterapeutas psicanalíticos, é uma questão de urgência no século XXI, elevar a nossa voz com motivo de estes crimes, desafia-nos para além da nossa prática clínica o dever ético, cidadão e legal, e como profissional de saúde mental, sobre o estado de vulnerabilidade e risco de pessoas que continuam sendo atacadas em sua integridade física e mental em ambientes familiares ou institucionais devido à convivência entre abusador e maltratado e

A função psicanalítica é um instrumento que nos permite ir mais longe na compreensão e abordagem das vítimas na intervenção clínica, é assumir posições de defesa dos direitos fundamentais e influenciar as políticas públicas. Esse tem sido o compromisso assumido em processos de investigação, denúncias, peritagens psicológicas, apoio psicológico, que se iniciam no atendimento às vítimas do conflito armado interno no Peru, incluindo sobreviventes de tortura, estupro, desaparecimento forçado, deslocamento entre outras violações graves dos direitos humanos. Isso significou repensar o trauma, passando da concepção freudiana inicial, desde o intrapsíquico e da fantasia inconsciente, para se aproximar as teorizações do disruptivo e do complexo traumático postuladas por Benyakar (2003) que afirma que: “Desordens por alterações dão origem às patologias do disruptivo, que são aquelas em que uma mudança que ocorre no exterior impacta no interior, produzindo distorções existenciais, ou seja, vivências traumáticas, estressantes, nefastas ou angustiantes”, assim como outros teóricos contemporâneos. O objetivo deste trabalho é, em primeiro lugar, apresentar uma experiência de trabalho na Comissão de Investigação de Abusos Sexuais contra Menores em Organizações do Congresso da República e mostrar como a partir da psicanálise foi possível desenhar um modelo para coletar os depoimentos de mais de 60 vítimas e testemunhos, onde a escuta analítica nos permite ver o exagero do trauma e, graças às ferramentas oferecidas por esta disciplina, podem-se ver os efeitos devastadores que podem ter o abuso sexual e/ou o estupro. Da mesma forma, respaldar desde a teorização psicanalítica a proposta de Lei de direito ao tempo. Propomos como uma situação de pandemia significou para as vítimas, a reedição de alguns aspectos que caracterizam este tipo de crimes, como é o silêncio e a negação, reeditando-se uma situação de impunidade que significa a repetição da violência que assola a cultura e a ética, conforme afirma Blechiman em López, G. (2012 :).

Como psicoterapeutas psicanalíticos, não somos alheios a marcos normativos supranacionais como as Convenções sobre os Direitos da Criança - CDC, e a CEDAW para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, entre outras, que devem ser assumidas pela legislação de nossos países.

PRÉ-HISTÓRIA E PROBLEMA ATUAL

Não foi um bom começo o que a psicanálise teve sobre essas questões, esse tipo de violência e abusos não se tornaram visíveis como tais, estavam naturalizados, a história da infância apontada por Lloyd de Mause (1982), nos diz que: Quanto mais retrocede-se ao passado (...) mais expostas estão as crianças à morte violenta, ao abandono, aos golpes, ao terror e aos abusos sexuais”, e Freud (1893) como homem do seu tempo, num princípio o iluminou com o teoria da sedução, referindo-se ao trauma como um agente externo que invade o aparelho psíquico. Posição que mantém em seu primeiro tópico. Na formulação do segundo tópico, ele enfatiza na estrutura do aparelho psíquico e na centralidade das pulsões como elemento estruturante do mesmo.

É evidente que na atualidade, a psicanálise contemporânea teve um importante desenvolvimento e um autor como Ferenczi, entra em total vigência nos últimos anos, após ter sido repudiado no início de 1932. Não é o espaço para abundar no tema que dá cor a todo o desenvolvimento posterior da psicanálise; o que é indiscutível é que, na frase de Freud “meus histéricos mentem para mim”, atribuindo acontecimentos reais à fantasia, ele deixou de fora do âmbito da compreensão da psicanálise, a violência sexual e a presença e significado no trabalho psicanalítico de traumas reais. As ideias de Sandor Ferenczi (1932), em sua obra “Confusão de linguagem entre adultos e crianças. A linguagem da ternura e da paixão”, aponta como o que a criança interpreta como a ternura de um adulto para com ele/a, pode acabar sendo abuso e violência sexual, que prejudica sua mente e seus afetos por não ser capaz de interpretar e compreender a natureza dessa abordagem como tal, até ressignificá-la mais tarde na idade adulta. Os desenvolvimentos posteriores da psicanálise, como a teoria das relações objetais e a psicanálise relacional, dão mais luz ao problema dos traumas iniciais e complexos.

Só para dar uma pincelada nas cifras da violência sexual contra menores por familiares e pessoas próximas no Peru neste contexto de pandemia, dão conta desses traumas reais que não podem ser escondidos. Assim, 68% dos casos notificados entre janeiro e agosto de 2020 nos Centros de Emergência Feminina do Peru são realizados por pessoas cuja missão é cuidar as crianças. Por outro lado, 83,3% dos casos registrados nos últimos 5 anos pelo Observatório da Criminalidade do Ministério Público, são casos de violência sexual contra crianças e adolescentes por familiares e pessoas próximas. O que esses números nos dizem? Que as crianças e adolescentes são atacados sexualmente por aqueles que deveriam cuidar e protegê-los, que são as pessoas amam e confiam, violam sua infância.

O TRABALHO PSICOLÓGICO COM AS VÍTIMAS

O Relatório Final da Comissão de Investigação foi aprovado em 22 de julho de 2019 por quatro dos seis congressistas que a compunham. A dissolução do congresso e as mudanças vertiginosas em nossa política deixaram pendentes sua apresentação e aprovação no Plenário do Congresso, deixando em silêncio uma verdade que permitiria conhecer sobre o sofrimento vivido pelas vítimas e suas consequências, bem como a análise da atuação do Estado que, como entidade protetora dos cidadãos, devia proporcionar condições de prevenção, proteção, punição e reparação.

A Comissão estudou três casos emblemáticos: o Sodalício de Vida Cristiana, o Colégio Héctor de Cárdenas e as escolas da província de Condorcanqui no Amazonas. Outros casos de especial importância que foram abordados corresponderam a vítimas de instituições religiosas e escolas onde ocorreram situações de abuso sexual contra menores. Fui encarregada, junto com duas psicólogas, de ouvir as histórias das vítimas, de forma que pudesse se tornar um espaço ético de cuidado e contenção. Usualmente a violência sexual esteve acompanhada de um ambiente de terror sem nome, de confusão, de violência física e psicológica, de escravidão moderna, que perturbou ideais sublimes como os religiosos em práticas abusivas e de anulação da liberdade e dos ideais pessoais, como aconteceu no Sodalício da Vida Cristã. Benjamin (2017) nos permite identificar aqueles aspectos que se jogam na relação de dependência e submissão nos casos de violência, onde se busca proteção e ao mesmo tempo a diferença, é nesse interjogo onde o dominador “reduz o outro como um objeto, ele ou ela busca a autonomia dominando a outra pessoa”.

Por outro lado, na Escola Héctor de Cárdenas, durante quase 20 anos, as crianças mais vulneráveis, aquelas que tinham problemas em casa, cujos pais tinham separado, que iam mal na escola, Juan Borea, o diretor, os levava para seu escritório/quarto, fazia que eles/as tirassem as meias e colocava os pés das crianças em seus genitais para masturbar-se, alguns pensavam, ao olhar para a sua calça molhada, que ele se havia urinado. Esse comportamento era conhecido em toda a escola como o “pequeno castigo” e as crianças escolhidas, os chamavam os “filhos de Juan”. Borea ganhou-se o respeito dos pais, foi premiado como educador com as Palmas Magisteriais. O mecanismo de desligamento foi instalado em toda a comunidade educacional.

A normalização de uma prática deixa marcas na memória e muitas vezes é encapsulada ao longo dos anos, como uma experiência traumática difícil de apagar; Bromberg (2017), a partir da psicanálise relacional, afirma que os mecanismos de dissociação impedem as vítimas de revelar,

mesmo depois de mais de vinte anos, o que lhes aconteceu. Em algum momento, porém, algo se torna imperativo e, em muitos casos, é o fato de ser pais e sentir a angústia de que devem proteger seus filhos e outras crianças para que não vivam algo tão terrível como o que eles viveram. Essa foi a urgência que teve Júlio naquela manhã, quando, depois de muitas dúvidas, diante a chamada da psicóloga, se levantou e decidiu declarar em sessão privada perante a Comissão. Um nó na garganta, uma lágrima e um sentimento de indignação envolveu a todos os presentes. Poderíamos dizer que sem ser um espaço clínico, as lágrimas do testemunho / vítima / paciente se misturavam como aquelas dos membros da comissão / psicólogas / analis-tas num ato de solidariedade humana, comparável com as produzidas entre uma mãe e um bebê, como Ferenzie menciona em seu jornal clínico. Conseguir que um espaço de estado como o Congresso pudesse se diferenciar do escritório frio de um operador de justiça, do interrogatório de um perito do Instituto de Medicina Legal, foi mudar a lógica da suspeita, da negação e da desmentida com que se trata a revelação de uma vítima por conseguir que o testemunho pudesse ser um momento restaurador.

O direito ao tempo da divulgação de um abuso, colide com o sistema de justiça, com a prescrição dos delitos no nosso sistema judicial ou a indiferença às denúncias aos órgãos eclesiais. Quanta dor diante desses resultados! Nosso aparato judicial, ineficiente, e traumatizante, onde as vítimas são novamente violadas ao ser citadas ao mesmo tempo que os acusados, quando devem ser avaliadas nos tribunais de justiça, nos quais não se consideram as consequências do trauma, como a dificuldade de um criança para relatar em uma sala fria e com estranhos, fato que lhe assusta e envergonha, como acontece na Câmara Gesell. É um sistema que, por não ser sensível à dor, não oferece as condições para que os profissionais possam fazer seu trabalho de forma adequada.

Uma das 250 recomendações indicadas no relatório da Comissão foi a proposta da Lei "O direito ao tempo", já reconhecida em Chile com o caso Karadima, onde desde a psicanálise pudemos apoiar os processos psíquicos do trauma e dificuldade das vítimas para reconhecer este abuso nas fases iniciais e poder denunciá-lo, pois sua maturidade cognitiva, neurobiológica, emocional e social não lhes permite falar dos factos que se revelam à consciência depois de muitos anos.

Acredita-se que não importa o que aconteceu, que o tempo deveria ter apagado esses rastros, mas a psicanálise não permite compreender os mecanismos que operam pela sobrevivência das vítimas, a negação, a cisão, a dissociação, a repressão, entre outros. As consequências da violência sexual são vivenciadas pelas vítimas de forma insidiosa: aparecem em seus sonhos, se expressam em seus laços afetivos, no pleno exercício de sua sexualidade, mesmo nas relações com pessoas de autoridade, onde os medos e as inseguranças os paralisam, na ansiedade, depressão e desejos de morrer que podem anular a vida produtiva de uma pessoa, entre outros danos. É certo que os efeitos não são os mesmos para todos, que existem pessoas resilientes que conseguem superá-los.

Lo que puedo decir después de escuchar a las víctimas y sobrevivientes hablar de su vida en el Sodalicio de Vida Cristiana, en el Colegio Héctor de Cárdenas o recoger investigaciones, opiniones de expertos y expedientes del impacto de la violencia en las niñas de Condorcanqui, que nada de esto es un juego, que nada de los que les pasó fue intrascendente, que hay una huella difícil de borrar, y que merece que el Estado no quede indiferente, sino que repare el daño.

O que eu posso dizer depois de ouvir as vítimas e sobreviventes falar sobre suas vidas no Sodalicio de Vida Cristiana, na Escola Héctor de Cárdenas ou coletar pesquisas, opiniões de especialistas e registros sobre o impacto da violência nas meninas de Condorcanqui, que nada disso é um jogo, que nada do que lhes aconteceu foi irrelevante, que há um traço difícil de apagar e que merece que o Estado não fique indiferente, mas que repare o dano.

Como reflexões finais podemos dizer que a pandemia, expressada nas urgências para atender aquela emergência sanitária, o que faz é exercer uma nova violência para aqueles que confiaram. Que novamente o Estado, silenciou suas vozes e nega a importância de abordar esta questão, ativando-se no nível social o silêncio que acompanha as vítimas, retirando, uma vez mais, sua condição de sujeitos de direito. Esta apresentação tem como objetivo levantar a voz, não deixar na indiferença, a impunidade e a ameaça de repetição da violência, aquela que retorna e é reeditada quando não é interditada ou sancionada.

Ficar quieto sobre um crime, escondê-lo, é quase tão grave quanto o próprio crime. Por isso, a urgência de nomeá-lo, para que não se repita o que vivenciam as vítimas, principalmente os homens: não revelar algo que violou seu corpo, mas principalmente sua mente, seus afetos e seus projetos de vida.